

MASSUMI, Brian

A economia política do pertencimento e a lógica da relação
L'économie politique de l'appartenance et la logique de la relation
Em: Gilles Deleuze. Vrin, 1998. (119-140)

O que veio primeiro? O indivíduo ou a sociedade?

Qual deles é o ovo, qual a galinha?

A teorização cultural e social procedeu frequentemente como se essas questões fossem um ponto de partida sensato. Há aqueles que examinam inicialmente o indivíduo e param nas plumas. Quando noções como função, troca, contrato ou razão são utilizadas para explicar a constituição da sociedade, o indivíduo é a galinha. O gesto inaugural faz desaparecer a sociedade invocando uma tropa atomizada de indivíduos que fabricam relações uns com os outros sobre a base de um reconhecimento normativo das necessidades compartilhadas e dos bens comuns. Essas abordagens “fundacionais”, foram objeto de uma crítica impiedosa, em particular por parte dos teóricos da desconstrução, porque elas remetem, mais ou menos explicitamente, a um mito das origens. Mas o que não notamos suficientemente é que as abordagens que se definem contra o “partido das galinhas” são, a seu modo, igualmente fundacionistas. As abordagens que privilegiam algo como estrutura, simbólico, sistema semiótico colocam em primeiro plano o que as outras colocavam em segundo: o quadro intersubjetivo. A sociedade ocupa agora o lugar de um *a priori*, de um princípio de intersubjetividade que faz eclodir ovos-sujeito. O “fundamento”, nesse caso, não é uma origem mítica, mas é, também, um fundamento. Ele traduz uma inversão do primeiro tipo de fundacionismo. O gesto original, dessa vez, faz desaparecer o indivíduo, de tal modo que ele retorna como determinado pela sociedade e não mais em posição de determiná-la. O indivíduo é definido por seu “lugar” no quadro intersubjetivo. O fundamento é transposto de um eixo temporal para um eixo espacial, torna-se topográfico, configuração da paisagem social: não estamos mais no “era uma vez”, mas no reino do “sempre já”. Segundo essa abordagem, de fato, o indivíduo é, em um sentido, pré incubado, já que a topografia que o determina é também predeterminada por uma lógica planificada em termos de posições de base, suas combinações e permutações.

Apareceu um terceiro partido, mutante, que considerou esta disputa tão pouco interessante quanto a controvérsia swiftiana a respeito da melhor maneira de se quebrar um ovo, pela parte mais grossa ou pela mais fina. Por que não podem perceber que o melhor é quebrá-lo pelo meio? Teorias recentes privilegiam a noção de híbrido, de cultura fronteira (“border culture”) ou de socialidade “perversa” revalorizada (“queer theory”). Essas teorias buscam desarmar o enredo da galinha e do ovo valorizando o intermediário. A meta última é encontrar um lugar para a mudança, para a inovação social que foram expulsas do ninho pelo movimento em pinça, por um lado a

determinação de uma norma de direito, por outro pela determinação topográfica de um posicionamento constituinte. Mas, na medida em que o intermediário é concebido como um espaço de interação de indivíduos e de sociedades já constituídos, o partido do meio é reconduzido ao mapa das posições. Ele tem tendência a descrever o intermediário como mistura ou como paródia do sempre já posicionado. A mudança social é reduzida a uma dimensão espacial, relegada à marginalidade geográfica precária em que a mistura em fermentação ferve com permutações posicionais não autorizadas. De maneira ainda mais precária, as teorias da subjetividade como performance restringem a mudança a lugares cuja “marginalidade” se define menos pelo lugar do que pela evanescência de rupturas paródicas momentâneas denominadas “subversão”. Como a subversão poderia reagir sobre as posições de partida de maneira a modificá-las de modo durável torna-se um problema insolúvel. Os conceitos de mistura, de margem e de paródia conservam uma referência necessária ao puro, ao centro, ao sério e ao primeiro grau sem os quais eles se evaporariam na indeterminação lógica. Suprimam seus genitores e o híbrido desaparece: nenhum conceito foi construído que permita compreendê-lo por ele mesmo. O partido do meio chega à mesma coisa que os outros dois: à determinação. Desde que recorreremos à referência fundadora que constitui a determinação, seja ela determinação de algo ou por algo, seja intencional ou por falta, a mudança só pode ser compreendida como negação da determinação: o que é simplesmente indeterminado. O dilema assombra os três partidos de maneiras diferentes e as aporias que o pós-modernismo celebra o elevam ao nível de um valor.

(121) Enigmas desse tipo assombram outros pares de oposições que os teóricos contemporâneos tentam pensar ou contornar: o corpo e a cultura, a comunidade e o Estado, o leste e o oeste.

Talvez exista uma outra abordagem, não muito afastada sobre muitos aspectos do terceiro partido mutante do híbrido, mas que teria mudado novamente, escapando da determinação por meio de uma outra torção filosófica. Em um sentido, a fraqueza das teorias da performance é uma força. Fazer existir a mudança sob um modo que guarda uma referência necessária ao já constituído mantém o papel crucial das formações de poder e marca uma recusa ao espontaneísmo e ao voluntarismo. A dificuldade surge porque nenhum meio foi proposto para conceituar o intermediário enquanto tendo uma consistência lógica, e inclusive um estatuto ontológico, próprios. A conexão necessária com o já constituído se torna, então, uma relação de dependência filial à qual a “subversão” sempre deve retornar para se re-engendrar. Eterno retorno do fundamento.

O que isto significaria, conferir uma consistência lógica ao intermediário? Significaria sua inscrição numa lógica da relação. Pois o intermediário, enquanto tal, não é um ser que se situa no meio, é o ser *do* meio – o ser de uma relação. Um ser situado, quer esteja no centro, no meio, ou nas margens, é um *termo* numa relação. Insistir no fato de que uma relação tem um valor ontológico

distinto daquele dos seus termos pode parecer bizarro. Mas, como a obra de Gilles Deleuze marcou de maneira repetida, este é um passo indispensável para construir um conceito de mudança que faça algo mais, ou algo de diferente, do que uma negação, um desvio, uma ruptura, ou uma subversão. A hipótese normal é que os termos de uma relação precedem o seu relacionar-se, são já constituídos. O relacionar-se limitando-se a realizar configurações externas que já estavam implícitas, enquanto possibilidades, na forma de termos preexistentes. Vocês podem dar um novo arranjo para os móveis, até mesmo mudá-los para um novo lugar. Mas terão sempre os mesmos velhos móveis. Questionar a hipótese de que os termos precedem à relação é uma marca comum das abordagens que caracterizamos como sendo empíricas. Tomar os termos como já dados, extrair da forma deles um sistema permutacional de posições implícitas, projetar esse sistema em um ponto metafísico que precederia – são operações comuns, segundo modos variáveis – às abordagens fenomenológicas e estruturalistas, e a muitas abordagens pós-estruturalistas. Todas operam por decalque a partir do já constituído para explicar sua constituição, e põem em funcionamento uma lógica do lapso temporal, um círculo hermenêutico vicioso. O que cai junto com o lapso é, mais uma vez, a mudança.

(122) É somente quando é afirmada a exterioridade da relação a seus termos que absurdos como o da galinha e do ovo podem ser evitados, assim podemos fazer divergir a discussão de uma referência compulsiva ao fundamento e ao que o nega em direção a um pensamento que engaja a mudança como tal, o entre-dois não fundado, o devir sem mediação. Em lugar nenhum é mais evidente a necessidade de uma tal divergência do que quando se trata de termos como “corpo” e “cultura”, “indivíduo” e “sociedade”. É possível conceber um indivíduo independente de uma sociedade? Ou uma sociedade sem indivíduos? Os indivíduos e as sociedades não são somente inseparáveis do ponto de vista empírico, eles são estritamente simultâneos e consubstanciais. É inclusive absurdo falar deles utilizando noções como mediação, como se fossem entidades discretas entrando em relação extrínseca umas com as outras. Mais absurdo ainda perguntar qual termo tem primazia sobre o outro na determinação da estabilidade e da mudança. Mas se não podem ser tomados como termos de uma relação extrínseca, talvez possam ser concebidos como produtos, efeitos, co-derivados de uma relação imanente que seria a mudança em si mesma. Dito de outro modo, poderiam ser concebidos como emergências diferenciais a partir de uma multiplicidade relacional que rima com o devir – e com o pertencimento. Deste ponto de vista, os “termos” poderiam ter um aspecto bem diferente, de tal modo que deveria ser necessário redefini-los em profundidade, reagenciá-los, talvez até dispensá-los. O que se segue é apenas um começo.

Comecemos por um exemplo: a bola de Michel Serres¹. Sabemos que Bruno Latour² retomou o conceito de quase-objeto que Serres havia introduzido a partir de uma bola num jogo de futebol. Serres e Latour utilizam este conceito para recolocar a relação entre sujeito e objeto em

1 Michel Serres, *Le parasite*, Paris, Grasset, 1980, p.301-314.

2 Bruno Latour, *Nous n'avons jamais été modernes*, Paris, la Découverte, 1991.

caso a pensar. Mais recentemente, Pierre Lévy³ utilizou o mesmo exemplo para reorientar a relação entre indivíduo e coletividade. O que se segue, deriva de Lévy e se orienta para uma noção de individuação coletiva em torno de um ponto de catálise. Chamarei este ponto não de quase-objeto, mas de sujeito parcial.

Quanto à questão de saber o que funda uma formação tal como um esporte ou quais são as suas condições de existência, uma resposta evidente seria “as regras do jogo”. Mas, na história do esporte, mais ou menos como para todas as formações coletivas, a codificação das regras *segue* a emergência de um proto-esporte não formalizado que exhibe um amplo espectro de variações. As regras do jogo formal capturam e submetem as (123) variações. Elas enquadram o jogo e lhe dão a forma retrospectiva de um conjunto de relações constante entre termos padronizados. Uma codificação é um enquadramento derivado que se arroga o papel de fundamento. Podemos nos perguntar se todos os fundamentos não são desta natureza: um quadro regulador vindo depois em vez de ser fundamento efetivo. Desde o momento em que se aplicam, as regras formalizam efetivamente o jogo e o regram, elas o precedem. Sua presença pode ser retrospectiva, ou fictícia, ela não é menos efetiva. Tem toda a realidade de uma formação de poder.

Se as regras são capturas posteriores que tomam a precedência de onde elas a tomam? Do processo de onde o jogo realmente emergiu e que continua a fazê-lo evoluir na medida em que as circunstâncias se produzem forçando as modificações das regras. As regras fundadoras seguem forças de variação sobre as quais se aplicam. Essas forças são endêmicas ao jogo e constituem as verdadeiras condições de sua emergência. As regras determinam o jogo do ponto de vista formal, mas não o condicionam (elas são a causa formal, não a causa eficiente).

Então, quais são as condições? Simplesmente um campo. Sem campo não há jogo e as regras perdem, então, o poder. O campo é o que é comum ao proto-jogo e ao jogo formalizado, assim como às versões informais do jogo que coexistem com o jogo oficial e a toda evolução futura do jogo. O campo como condição comum a toda variação é não formalizado, mas não desprovido de organização. Tem uma organização mínima que constitui uma polarização. O campo é polarizado por dois atratores: os gols. Todo movimento no jogo ocorrerá entre os polos e conduzirá para um ou para outro. São limites físicos. O jogo para quando a bola erra ou quando acerta o gol. Os gols só existem para o jogo tendencialmente, são como indutores de movimentos direcionais dos quais marcam os limites exteriores (tentativas bem sucedidas ou fracassadas). Os gols polarizam o espaço que existe entre eles. O campo de jogo é um entre-dois de movimentos carregados. Os gols são os signos da atração polar que é o motor do jogo. Funcionam *induzindo* o jogo. O campo no sentido literal, o gramado que se estende entre os gols, é também um signo-limite indutor, mais do que um solo num sentido fundador qualquer. O jogo em si mesmo não tem fundamento nem limite. Ele

3 Pierre Lévy, *Qu'est-ce que le virtuel?*, Paris, La Découverte, p.119-120.

ocorre acima do solo-limite e entre os gols-limites.

Ponham duas equipes sobre um terreno gramado com gols em cada extremidade, vocês obtêm uma tensão imediata, palpável. A atração cujos gols e solo são os signos indutores é invisível e não substancial: é um campo deformável de forças ativados pela presença de (124) corpos no interior dos limites-signos. A polaridade dos gols define cada ponto do campo e cada movimento no campo em termos de forças – especificamente como movimento potencial da bola e das equipes para o gol. Quando a bola se aproxima de um gol, a intensidade do jogo atinge o auge. Cada gesto de jogadores é hipercarregado, para chutar para o gol ou para rebater um chute. A bola é carregada no mais alto grau pelo movimento potencial em direção ao gol, por sua posição no campo, pelo direcionamento coletivo da equipe inteiramente orientada pelo gol a ser marcado. O menor erro, a menor falha de cálculo despotencializará este movimento. Quando isso acontece, uma descarga de tensão, tão palpável quanto o aumento da carga que lhe precedeu, se propaga através do terreno.

Se as traves do gol, o solo e a presença de corpos humanos induzem o jogo, a bola o catalisa. A bola é o foco de cada jogador, o objeto de cada gesto. Aparentemente o jogador, quando chuta a bola, é o sujeito do movimento e a bola seu objeto. Mas se entendermos por sujeito o ponto em que se desdobra um movimento tendencial, é claro que o jogador não é o sujeito do jogo. É a bola. Os movimentos tendenciais do jogo são coletivos, são movimentos de equipe, e seu ponto de aplicação é a bola. A bola organiza a equipe em volta dela. Onde e como quica, ela potencializa ou despotencializa, de maneiras diferenciais, o terreno inteiro, faz subir ou descer a intensidade dos esforços dos jogadores e do movimento da equipe. *A bola é o sujeito do jogo.* Mais precisamente, o jogo tem como sujeito os deslocamentos da bola e a modificação contínua do campo de potencial que esses deslocamentos animam. A bola, enquanto coisa, é o objeto marcador do sujeito: o signo deste. Assim como as traves e o solo, a bola enquanto termo substancial duplica o sujeito do jogo, que é invisível e não-substancial, ponto de catálise de um campo de força, ponto carregado de potencial.

Já que a bola não é nada sem o contínuo de potencial que ela duplica, já que seu efeito depende da presença física de uma multiplicidade de outros corpos e de objetos de tipos variados, já que os parâmetros da ação são regulados pela aplicação das regras, o objeto-signo catalítico pode ser chamado de sujeito parcial. O sujeito parcial catalisa o jogo como todo, mas não é um todo. Ele atrai e organiza os jogadores, definindo seus papéis efetivos no jogo e o estado do conjunto desse jogo a cada momento em termos de movimentos potenciais de jogadores em relação a ele. A bola coloca os jogadores em movimento. *O jogador é o objeto da bola.* Mas a bola deve ser considerada, de algum modo, como um ator autônomo porque os efeitos globais sobre o jogo que seus deslocamentos produzem não podem ser produzidos por nenhum outro elemento do jogo. Quando a bola está em (125) movimento, o jogo inteiro está em movimento com ela. Seus deslocamentos são

mais do que um movimento local, são um acontecimento global.

Se a bola é um sujeito parcial, cada jogador é um objeto parcial. A bola não se dirige ao jogador como a um todo. Ela se dirige aos olhos, aos ouvidos, ao tato dos jogadores por canais sensoriais separados. Essas impressões sensoriais não são sintetizadas numa totalidade subjetiva, mas num estado de disponibilidade intensiva para uma resposta reflexa. A resposta se exprime por meio de uma parte particular do corpo, no caso do jogador de futebol, pelo pé. A bola se dirige, de um modo limitado, a um tipo específico de possibilidade de ação que flui através do corpo do jogador seguindo canais bem particulares. Chutar a bola é, sem dúvida, uma expressão, mas não é o jogador que se exprime. É uma “ex-pressão” da bola, no sentido etimológico, pois a catálise atrativa da bola “extrai” o chute do corpo do jogador e define seu efeito expressivo sobre o jogo global. O corpo do jogador é um ponto nodal de expressão: não sujeito do jogo, mas um canal material para a catálise de um acontecimento afetando o estado global do jogo. Enquanto a bola é o catalisador e através os indutores, o ponto nodal de expressão é um transdutor, um canal para a transformação de um movimento físico local em um outro modo energético, o de uma energia potencial. Por meio do chute, se produz uma transdução da força física humana em acontecimento não-substancial, descarga de um potencial que reorganiza completamente o campo de movimentos potenciais.

Os jogadores, no calor do jogo, são extraídos de si mesmos. Um jogador que tem consciência de si no momento em que chuta, erra sua jogada. O sentido reflexivo que os jogadores têm de si mesmos é uma fonte de interferência que deve ser minimizada para que nada perturbe o fluxo do jogo pelos canais. Quando uma jogadora se prepara para chutar, ela não olha tanto para a bola quanto para *além da bola*. Ela avalia de um modo reflexo (mais do que reflexivo) o movimento potencial da bola. O que supõe um cálculo instantâneo da posição de cada jogadora sobre o terreno *em relação umas com as outras*. Em relação com a bola e em relação com as duas balizas. Por natureza, isso é da ordem da percepção vaga mais do que do cálculo consciente, pois há termos demais para serem tratados de forma reflexiva e cada termo é uma variável mais do que uma constante. Como os jogadores estão em movimento perpétuo, as relações de uns com os outros, com a bola, com as balizas, estão igualmente em fluxo constante, por demais complexo para ser o objeto de uma medida, mas sendo objeto somente de um registro sob a forma de turbilhões de intensidade que se fazem e se desfazem, em meio aos quais surge uma via para um movimento potencial da bola. O jogador deve deixar (126) seu corpo treinado sintetizar, num sentido global de intensidade, suas impressões perceptuais separadas. O sentido da intensidade será vago, mas orientado para extrair deste corpo uma expressão reflexa de exatidão máxima. Ele observa além da bola – sentindo diretamente o potencial enquanto tal, enquanto grau de intensidade não mensurável, mas sobre o qual é possível agir e que afeta o contínuo polarizado do terreno. O jogador deve se reduzir a um canal do jogo. A subjetividade do jogador é desconectada assim que ele faz penetrar o campo de

potencial em sua própria sensação e que ele entra nesse campo como sensação. Do ponto de vista do jogo, o jogador é esta sensação. A sensação é uma canalização do campo de potencial numa ação local a partir da qual se produz uma transdução que cria uma reconfiguração global do campo de potencial. A sensação é o modo sob o qual o potencial está presente no corpo percipiente. O jogador não joga sobre o solo. Ele percebe, além dele e além da bola, o campo de potencial, não substancial, real, mas abstrato. Seu jogo se dá diretamente no campo de potencial.

Seria um erro identificar o reflexo com algo puramente físico. A percepção nunca se reduz a uma simples impressão. Ela é sempre composta. Cada impressão é atravessada por fragmentos de intenções e de memórias conscientes, a maior parte tratando naquele momento sobre a estratégia de jogo prevista – espelhamentos de reflexão e de linguagem. Estes fragmentos não oferecem seu quadro à percepção, mas entram no campo desta de um modo parcelar, segundo a separação dos canais sensoriais que coletam as impressões que carregam. Os elementos fragmentários se remisturam num efeito partilhado. Para este efeito, nesta sensação, se contraem níveis heterogêneos no corpo, e dessa contração sai *uma* ação – uma unidade de movimento por meio da qual a multiplicidade dos níveis encontra uma expressão singular. O caráter físico do reflexo é a passagem partilhada pelo corpo de um conjunto disparatado de elementos e de níveis. O “mais reflexo do que reflexivo” não marca nem uma exclusão nem uma oposição, mas uma conversão. A ação reflexa é a diferenciação da atividade humana, no sentido em que essa última compreende elementos de reflexão e de linguagem, sua re-canalização através do corpo. O corpo não faz o papel de objeto, elemento substancial em meio aos outros, mas de objeto parcial, canal de conversão, transdutor dos elementos substanciais da mistura, ao mesmo tempo que dos fragmentos de elementos já abstraídos que eles transportam, em um potencial sentido.

O potencial sendo sentido, o jogador atua no campo de potencial de modo direto. O potencial é o espaço do jogo. Mais precisamente, é uma *modificação* do espaço. O espaço é o campo no sentido literal, o solo entre as traves. Qualquer e cada um dos movimentos de um jogador ou da bola neste (127) espaço, modifica a distribuição do movimento potencial por meio dele. Cada uma dessas modificações é um acontecimento. O jogo é a dimensão de acontecimento que duplica o espaço empírico dos acontecimentos onde os termos substanciais em jogo interagem fisicamente. A dimensão de acontecimento sobrevoa o solo, está entre as traves, entre os jogadores e em todos os lados em volta da bola. É por meio dela que os elementos substanciais entram em relação e efetuam transformações globais. Ela não é nada sem eles, eles são inertes e desconectados sem ela, uma coleção de simples coisas, isoladas, apesar dos elementos fragmentários de reflexão e de linguagem que transportam. É a dimensão de acontecimento do potencial – não o sistema linguageiro e as operações reflexivas que este permite – que efetua o relacionamento dos elementos, o pertencimento de uns aos outros. Este pertencimento é uma “abstração” dinâmica corporal: do

corporal “se extrai” sua dinâmica (“conversão transdutora”). O pertencimento se produz sem mediação, está sempre em curso, nunca já-constituído. É a abertura dos corpos uns aos outros e ao que eles não são – o acontecimento incorporal. Ligação (*em prise*) direta. Ou seja, ligação direcional, vetor ontológico. A conversão transdutora é um vetor ontológico que reúne a heterogeneidade dos elementos substanciais, ao mesmo tempo que as abstrações languageiras já-constituídas, e faz dessa conjugação a matéria da mudança.

Embora a dimensão de acontecimento do potencial esteja “entre”, ela nada tem de híbrido ou de mistura. É inseparável da, e irreduzível à, coleção dos elementos substanciais e dos elementos já abstraídos por meio da mistura indutiva, catalítica, transdutora das quais ela é liberada e reconfigurada. O campo de potencial é o *efeito* da mistura contingente dos elementos, mas é lógica e ontologicamente distinto dos elementos. Ele mesmo não é composto de partes ou de termos em relação, mas de *modulações*, de modificações locais do potencial que animam uma reconfiguração global. O campo de potencial é exterior aos elementos ou aos termos em jogo, mas não é interior ao que quer que seja a não ser do potencial que é. É imanente. É a imanência *dos* elementos substanciais da mistura à sua própria modulação contínua. O campo de imanência não é os elementos em mistura. É o devir deles. Pertencer é devir.

É somente em aparência que os jogadores se referem uns aos outros empiricamente, como os termos discretos colocados em comunicação pela reflexão e pela linguagem. Eles se relacionam uns com os outros nos seus devires coletivos, um nível ontológico distinto que vem duplicar seus seres substanciais. É o devir coletivo que é a condição de uma formação tal qual o esporte, traço comum ao proto-jogo, ao jogo oficial, às versões (128) oficiosas que coexistem com este último e a todas as variações que poderão ocorrer. Embora seja separado dos elementos empíricos da mistura contingente da qual é um efeito, o campo de imanência é extra-empírico – em excesso relativamente ao caráter substancial dos termos já constituídos. Tal como uma dimensão do devir que reúne o proto-jogo, o jogo contemporâneo e o futuro, ele é também transhistórico, mas não funda nada. Pois ele é *o efeito contingente daquilo que condiciona*. Isto é um círculo lógico, mas não um círculo vicioso já que é também um circuito ontológico em torno de uma abertura: uma transição de fase entre o substancial e o potencial sem a qual o movimento seria uma simples repetição de termos pré-dados entrando em relações pré-autorizadas, pré-meditadas. O circuito opera entre o substancial – ou mais geralmente o atual (aí incluídas as abstrações de significação já constituídas) – e o potencial. A transição de fase entre atual e potencial é a abertura através da qual a contingência empírica – mistura de corpos, de coisas e de signos já constituídos – se exprime enquanto devir coordenado. Esta *expressão* é a condição efetiva da mudança coletiva (pertencimento aberto).

A mudança é uma relação emergente, o devir sensível, nas condições empíricas da mistura, de uma modulação do potencial. Após a emergência vem a captura e a efetuação de conteúdo.

Regras são codificadas e aplicadas. A mistura dos corpos, dos objetos e dos signos é padronizada e regulada. O devir se torna relatável e analisável: o devir se torna história.

É somente saindo da história para retornar à imanência do campo de potencial que a mudança pode se produzir. Até mesmo num esporte codificado e regulado, existe uma abertura para isso. Ela é chamada de estilo. É o estilo que faz o jogador. O que faz do jogador um craque, é mais do que uma técnica perfeita. A técnica perfeita produz simplesmente um jogador competente. À perfeição técnica, o craque acrescenta algo mais. Talvez uma maneira de atrair a atenção dos jogadores da equipe adversária, torná-los conscientes de si mesmos e desestabilizá-los. Talvez uma finta acrescentada a cada toque na bola. Ou um giro imperceptível. Pequenos suplementos. Pequenos meios, mas eficazes, de inclinar com os movimentos potenciais que compõem o campo. O craque é aquele que modifica os mecanismos esperados que canalizam o campo de potencial. O craque joga contra as regras. Não no sentido em que as confrontaria, mas porque ele as contorna, acrescenta pequenas contingências não regradas à mistura. Acrescenta variações “livres”: “livres” no sentido de ações que modulam de um modo que (129) escapa às regras do jogo. O estilo de um craque é sempre uma provocação para o árbitro que deve examinar e julgar os suplementos que mal se percebem, que são pouca coisa enquanto tomados separadamente, mas que constituem uma vantagem pela eficácia desproporcional com a qual canalizam o potencial. Se a provocação vai longe demais, novas regras devem ser inventadas para subsumir os truques modulatórios. Tomemos o exemplo de um outro esporte, o tênis. A invenção do saque potente levou este esporte à beira de uma crise – uma crise de tédio suscitada por jogos que se resumiam a uma troca – o que incitou clamores para uma reforma do jogo. A crise foi o efeito de estilos individuais que têm nomes tais como McEnroe e Borg.

É por meio de variações estilísticas livres que um esporte já constituído evolui. A “individualidade” do estilo é uma individuação coletiva: é uma individuação “coletiva” em razão de sua dependência absoluta referente à entre-mistura dos elementos múltiplos e heterogêneos de um esporte. E é uma “individuação” coletiva porque é o motor da evolução do esporte no que ele tem de singular. Um estilo é a individuação em germe *do esporte*. O corpo individual que canaliza o potencial evolutivo é um ponto nodal de expressão para um devir coletivo. Um corpo tem estilo somente em e por meio de seu papel de objeto parcial. O craque é aquele que se funde mais eficazmente no coletivo e no devir deste. Este devir é inextrincavelmente estético (estilístico) e ontológico (emergente)⁴.

A menção dos árbitros rastreando os pequenos suplementos poderia ser assimilada ao reconhecimento velado de que as regras do jogo são efetivamente determinantes. O árbitro em campo não aplica as regras regula os movimentos? Não retornamos à fundação sobre a rocha sólida

4 Félix Guattari, *Chaosmose*, Paris, Galilée, 1992.

da lei que comanda?

Observem o que faz verdadeiramente um árbitro. Um árbitro *interrompe* a ação. O árbitro interrompe e reflete. A intervenção de um árbitro é uma interrupção que produz uma abertura para uma aplicação das regras. Um tipo de abertura diferente, num movimento inverso. As regras, conforme já sustentei, são retrospectivas. Constituem um acompanhamento codificante da emergência, acompanhamento que se aplica como contrapartida sobre o devir. A aplicação opera o isolamento de um movimento que marca a responsabilidade de seus efeitos sensíveis sobre um corpo atuante individual. Aquilo de que este corpo e este movimento são isolados é a imanência do campo de potencial. A interrupção disciplinar despotencializa momentaneamente o campo de tal modo que seus elementos intensivos *aparecem* para o olhar treinado como sendo termos separados em relação extrínseca uns com os outros. As canalizações das (130) modulações globais do campo – cujas condições são, de ponta a ponta, coletivas – são reduzidas a movimentos locais e a um efeito desviante. É nesse momento que o jogador, não o esporte, é individualizado pela aplicação disciplinar, reguladora, autorizada e reconhecida pelo grupo, das regras. Esta individualização é uma ficção – uma ficção que regula efetivamente e pressupõe a interrupção do jogo. É a intervenção de uma operação transcendente na variação contínua do campo de imanência que faz aparecerem os pontos nodais de expressão como se fossem termos discretos, substanciais, sustentando uma relação extrínseca uns com os outros. Do ponto de vista das regras, a forma codificável desta relação extrínseca determina as propriedades intrínsecas do jogo: bom ou ruim. O campo de imanência é interrompido por uma operação transcendente que institui um regime de relação extrínseco-intrínseco pressupondo a interrupção do relacionamento imanente. O conjunto autorizado dos movimentos entre termos já constituídos é reafirmado. A dimensão do jogo é reduzida a um espaço repetitivo de regras disciplinares. A mudança, a variação, são capturadas e estabelecidas num conteúdo. A modulação imanente do jogo deu lugar ao modelo onipotente do jogo.

A captura e o estabelecimento de conteúdo não são simplesmente negativos. A própria transcendência dessas operações se torna um elemento produtivo na mistura cujo efeito é o campo de imanência. As regras se tornam parte integrante do jogo, sem que deixem de ser uma intervenção transcendente. Do mesmo modo que, no reflexo, a linguagem se torna corpo, no jogo a transcendência enquanto tal se torna imanente. Ela faz um circuito na imanência. As regras são o órgão de preservação do campo de jogo. Elas são a condição da identidade do jogo através das repetições em série em tempo e lugares diferentes. O caráter positivo das regras se liga à preservação. Igualmente o seu caráter negativo. Capturar e codificar funcionam nos dois sentidos. Negativamente, elas paralisam e contêm a variação. Positivamente, elas preservam o jogo na repetição. Se o jogo não pudesse ser repetido, a variação não teria nenhuma chance de ressurgir. Não teria nenhuma ocasião para se reafirmar. De um ponto de vista (o dos produtores de regra e dos

árbitros) a variação é um desvio da identidade. De um outro ponto de vista, a identidade é um momento (um desvio produtivo) na continuidade da variação.

O segundo ponto de vista é criativo ou estético. Com a ressalva de que o criativo não é um ponto de vista. Não é uma perspectiva sobre o jogo, ou sobre o que quer que seja. É dentro. Um dentro dinâmico. O ser de um meio coletivo: pertencimento em devir. A perspectiva assinala uma separação em relação à mudança. É a marca de uma captura que codifica: uma demarcação do espaço de interrupção. *Uma perspectiva é um (131) espaço de anti-acontecimento*. Assim como a transcendência se torna um elemento produtivo na mistura imanente do campo, o espaço de anti-acontecimento da perspectiva se torna um elemento produtivo do espaço de acontecimento. O campo inclui os pontos de vista estabelecidos sobre ele. Oficialmente falando: o que seria um terreno de futebol sem um árbitro? Não oficial. A inclusão deste espaço de anti-acontecimento no espaço do acontecimento não somente permite qualificar os movimentos particulares em termos de tipo (atribuir propriedades intrínsecas de bom e ruim como sendo comuns a tantos movimentos tão distintos quanto queiramos). Ela “tipifica” o jogo enquanto tal: enquanto “oficial”, em conformidade. O espaço de anti-acotecimento injeta a *generalidade* na *particularidade* do jogo, com a qual ele se funde em uma expressão da *singularidade* do jogo (o jogo enquanto *tal*, *este* jogo... *um* acontecimento). Por meio da codificação, a história do jogo opera entre o nível do geral e do particular. O devir do jogo é a conversão transdutiva do geral-particular (histórico) naquilo que o geral-particular não é (singular). Em geral, nada acontece. Em particular, coisas estão tipicamente a ponto de acontecer ou já aconteceram (bom, ruim, ganhar, perder). Mas “acontecer” está singularmente fora de “tal” modelo ou tipo como “este aqui”; “um” acontecimento se dá acima, em volta, entre. No fazer, dentro; na abertura da saída.

Além da do árbitro, há outras perspectivas sobre o jogo. Os torcedores também individualizam os jogadores e as equipes ao lhes atribuir propriedades intrínsecas e ao ordenar a série de relações extrínsecas numa história linear reconhecível (uma progressão modelo). Não é por aplicação reguladora, mas por implicação afetiva que a perspectiva do público é incluída no jogo. A excitação ou a decepção do público no estádio acrescenta elementos sonoros à mistura que contribuem diretamente para a modulação do campo de potencial. A reação do público é modulada pelas individualizações acumuladas pelos espectadores – conhecimento já constituído e ligações às histórias dos jogadores e das equipes.

A perspectiva dos espectadores da TV é diferente. As individualizações destes não rebatem diretamente sobre o campo de jogo. Pelo contrário, por intermédio do público de televisão, o jogo se desdobra fora de seu próprio espaço de acontecimento, em um outro. O jogo televisionado penetra na casa como um jogador doméstico. Tomemos o exemplo do futebol americano. Ao Super Bowl Sunday, acontecimento maior da temporada de futebol (americano), corresponde um pico

estatístico: ano após ano, este dia é marcado pela taxa mais alta de violência doméstica. A entrada do jogo na casa, no seu mais alto grau de intensidade, perturba o equilíbrio frágil (132) do lar. O regime de relações entre os corpos-na-casa é problematizado. O acontecimento-jogo interrompe momentaneamente o regime de relações extrínsecas que geralmente regram os corpos domésticos, tal como a tipificação do gênero sexual (*gender*). Um conflito daí resulta: um conflito de gêneros a propósito de códigos de sociabilidade opostos, de direitos de acesso a partes da casa e a seus conteúdos e a rituais de servidão. O lugar doméstico sócio-histórico se converte num espaço de acontecimento. A televisão, subitamente, se distingue do plano de fundo do mobiliário e se impõe enquanto sujeito parcial catalítico, organizando os corpos domésticos em torno dela em função de potenciais diferenciados que se ligam geralmente aos gêneros sexuais. Durante um momento tudo está em suspenso – em torno da televisão e entre a sala e a cozinha. Próximos à televisão as palavras e os gestos ganham uma intensidade inabitual. O espaço doméstico é repotencializado. Qualquer coisa pode acontecer. O corpo masculino, sentindo o potencial, opera uma transdução dos elementos heterogêneos da situação em uma disposição reflexa à violência. O “jogo” está equipado pela propensão, já-constituída, do macho a bater. O regime típico das relações é reimposto na unidade do movimento da mão contra o rosto. O golpe exprime a realidade empírica da situação: a retomada (*la reprise en main*), pela formação de poder, do domínio masculino do espaço doméstico. O acontecimento curto-circuita. O acontecimento recaptura. O espaço do acontecimento doméstico é remetido ao que ele era: o continente de relações assimétricas entre termos já constituídos segundo o gênero sexual. Redobramento em domesticação. Pertencimento codificado e não devir.

A transmissão de imagens operou uma conversão transdutiva do potencial-e-distribuição-de-conteúdo esportivos em potencial-e-distribuição-de-conteúdo sexuais. O acontecimento migrou e mudou de natureza. A transmissão pela mídia é o devir do *acontecimento*. Todas as operações que realizam um papel no espaço de jogo exercem um papel no espaço dos corpos. Exercem um papel e modificam os papéis: a indução, a transdução, a catálise; os signos, o objeto parcial, o sujeito parcial; a aplicação expressiva (redobramento), a codificação; a captura e a distribuição de conteúdo. Quando a dimensão de acontecimento migra para um novo espaço, seus elementos se modulam. Não há modelo geral para a catálise de um acontecimento. A cada vez que um acontecimento migra ele é re-condicionado. No espaço da casa, a televisão e as imagens que ela transmite são signos indutivos. As imagens são também transdutores. E elas contribuem para a catálise do acontecimento doméstico. A televisão, enquanto móvel, combina as funções do signo, do objeto parcial e do sujeito parcial, o que faz dela um termo chave do espaço doméstico. A despeito das múltiplas operações que a ela são ligadas, a televisão tem um poder de catalisação mais fraco do que a (133) bola de futebol. Embora os acontecimentos de violência doméstica sejam correntes, eles não se produzem com a regularidade com a qual o jogo de futebol é desencadeado pela chegada da

bola num estádio preparado para o acontecimento. Nos dois casos, o campo de potencial global que exala o acontecimento é composto de sub-campos. Por exemplo, a aplicação, no estádio, das regras do jogo e as reações do público, podem ser consideradas como tendo seu próprio campo de potencial, preparado pelos signos indutivos que lhes são próprios, e tendo seus próprios indutores especializados. Cada campo de potencial se produz na interseção de uma pluralidade de sub-campos, cada um composto por elementos heterogêneos. Os campos em interseção em torno do espaço de acontecimento doméstico são estratificados de maneira tão complexa quanto os do estádio, se não mais ainda. No entanto, os sub-campos (a arquitetura da casa, os hábitos domésticos, o regime sexual inconsciente, a ideologia sexual consciente, etc.) se sustentam conjuntamente com menos firmeza. O espaço doméstico não é *compilado* (*codifié*) – não há regras escritas governando a produção de um acontecimento de violência doméstica (nem, por outro lado, de ternura). A domesticidade é *codificada* (*codée*). O código é também uma modelização, mas sem regulação formal. A modelização se produz pelo acúmulo de relações já-constituídas, contraídas no corpo enquanto hábitos (o que inclui a crença: significação habitual). Certamente, regras formais fazem parte da mistura (a lei civil concernente ao casamento e à coabitação, as leis penais concernentes as lesões às pessoas). Mas no conjunto, a formação de poder doméstico opera pela produção informal de *regularidades*, em oposição à aplicação formal de *regras*.

Há comunicação permanente e co-funcionamento entre as formações de poder que operam predominantemente por acúmulo e produção de regularidades e as que operam por aplicação e regulamentação. Em geral, as formações de poder de tipo regulamentar são *Estáticas*, são formações de Estado, de proto-Estado e de tipo estatal. O estático se define pela separação da instituição incumbida da aplicação: uma burocracia especializada cujo juízo se redobra, em uma operação transcendente, sobre o espaço de acontecimento do qual emergiu, em relação ao qual divergiu e ao qual pertence. É tentador chamar de “sociais” ou “culturais” as formações de poder que procedem por acumulação de regularidades uma vez que elas não tem burocracia especializada fora, no Estado em sentido estrito. É, com certeza, evidente que o “social” e o “cultural” não coincidem com o campo de aplicação das regras estatais, mesmo se eles não podem ser separados dele. O “social” e o “cultural” transbordam, por todas as partes, as regras estatais. Há culturas (134) transnacionais e pré-nacionais, assim como há campos sociais subestatais, com frequência reconhecidos oficialmente pelo Estado como escapando à sua responsabilidade (o “pessoal” e o “privado”). Mas o reconhecimento oficial implica uma regulamentação parcial – indireta ou negativa. Assim, negativamente, a violência doméstica pode suscitar a intervenção estatal. A violência ou toda interrupção do regime de funcionamento social de forma contínua, cria uma abertura pela qual o Estado pode se introduzir em espaços formalmente definidos como não-estatais (o poder disciplinar de Foucault). Em sentido positivo, o Estado pode ajudar a induzir regimes de

funcionamento social de forma contínua que lhe são favoráveis, por exemplo por meio do casamento civil, a política de ajuda à família e os sistemas de assistência médica e econômica (o biopoder de Foucault). Mas o frágil interesse não pode fazer o objeto de leis. As expressões efetivas do que há de positivo no pertencimento escapam ao Estado. Isso porque o Estado, como todo aparelho de regulamentação, *segue* ao que regulamenta. Suas aplicações são sempre retrospectivas, descobrindo e rastreando pertencimentos selvagens que ele deve buscar redirecionar, re-canalizar em regimes que lhe sejam favoráveis. O Estático é incapaz de perceber a distinção entre uma infração a suas regras e a emergência de um novo pertencimento, de um novo campo de potencial. Ele só conhece o negativo. Só pode construir a mudança sob um modo negativo, como anúncio de uma transgressão aos regulamentos que ele impõe por direito. O Estático é, por natureza, reativo (“estático” igualmente no sentido de favorecer a estase, mudando somente enquanto resposta a um exterior que só é percebido como invasão ou perturbação). Do mesmo modo que os estilos esportivos, a emergência “social” e “cultural” se faz contra as regras – mas sem quebrá-las. Para complicar ainda mais as coisas, se o “social” e o “cultural” escapam ao Estático, o Estático é, por seu lado, um ingrediente do “social” e do “cultural”. A transcendência do Estático se redobra sobre os dois, torna-se imanente a eles. Uma burocracia participa da catálise do social e do cultural. Mais ainda, cada burocracia tem uma cultura que lhe é específica: sua separação daquilo a que ela se torna imanente a constitui como micro-sociedade.

Um outro tipo de complicação torna ainda mais difícil a possibilidade de qualificar globalmente certos espaços de acontecimento como “social” ou “cultural”. Quando espaços de acontecimento bifurcam entre produção de regularidade e regulamentação, a dimensão de acontecimento sofre uma divisão distinta, mas correlativa. A dimensão de acontecimento bifurca em duas sub-dimensões:

- 1) codificar (*coder*) e compilar (*codifier*) são formas de autorreferencialidade do acontecimento – o acontecimento se redobra sobre ele mesmo, rumo à sua repetição. O redobramento, (135) a autorreferência é o que converte o acontecimento em espaço de acontecimento. A produção de regularidade e a regulamentação que efetuam essa conversão devem ser concebidas como tendo suas próprias condições e seus próprios campos de potencial. O caráter físico do espaço de acontecimento (a casa ou o estádio) se duplica numa abstração dinâmica que lhe é própria, que governa seu caráter repetível, distinto do caráter repetível dos acontecimentos que acolhe. Cada espaço de acontecimento prolifera. As casas se fazem subúrbio e os estádios, federação. Enquanto codificado e compilado, o espaço de acontecimento é reproduzível. Sua reprodução produz um terreno indutivo pela emergência em série dos acontecimentos que seguem. Estes são reputados “os mesmos” já que são produzidos no que se tornou um espaço reconhecível. Um tipo de espaço. É a tipificação do espaço de acontecimento físico – a invariância (regularidade e

regulamentação) dos elementos substanciais que entram na mistura – que produz os acontecimentos incorporais que dele emergem e que podem ser reconhecidos como “mesmos”. (é por isso que o “isolamento”, a “desfamiliarização”, o “distanciamento”, ou a “descontextualização” – meios de liberar o acontecimento de seu espaço de acontecimento regular – são tão frequentemente citados como condições da “arte” enquanto prática de transformação resistente à captura em conteúdo por parte das formações de poder sociais ou culturais). O caráter reconhecível do espaço colore os acontecimentos múltiplos, os duplicando em generalidade, conferindo a significações já constituídas e à reflexão um domínio sobre a autoexpressão indizivelmente singular (sensível) dos acontecimentos – cada um desses conserva um resíduo de seu caráter único que excede seu reconhecimento enquanto pertencente a um tipo. O reconhecimento produz um acontecimento típico. O que significa enfadonho. O resíduo do caráter único o faz “interessante” (um atrator, uma sensação indutora) para um corpo situado fora do espaço do acontecimento (tendo uma perspectiva sobre ele). A dimensão autorreferencial do acontecimento é a inclusão no devir (como um múltiplo-singular, uma proliferação do que é único) do espaço de anti acontecimento de generalidade (caráter reconhecível, semelhança) e de sua percepção concomitante (a perspectiva). A autorreferência, como subdimensão do acontecimento, é o campo de potencial do devir-imanente da transcendência. O “interesse” é o signo da inclusão.

2) A transmissão midiática implica uma outra subdimensão do acontecimento, intrincada e inseparável da autorreferencialidade dele. O caráter transitivo do acontecimento prolifera igualmente. Mas esta proliferação atravessa um limite qualitativo. Quando o acontecimento passa (136) do estádio para a casa, transmitido pelas imagens televisivas, ele muda de natureza. Enquanto que a autorreferencialidade tem a ver com a reprodução, a transitividade do acontecimento tem a ver com a diferenciação. Ao ocorrer a transmissão transformacional, o acontecimento retorna a seu devir como pura imanência. O *intervalo* da transmissão é, portanto, muito diferente da interrupção regulamentar. No intervalo midiático, o acontecimento é uma imanência material, mas incorporal (um fluxo eletrônico) se movendo num meio tecnológico apropriado. Quando ele encontra sua reexpressão analógica em imagens televisuais, suas condições mudaram de maneira radical. Seus elementos substanciais foram homogeneizados e reduzidos aos parâmetros dos limites acústicos e das telas. A capacidade do acontecimento desencadear um efeito catalítico não está mais assegurada. Não é mais, necessariamente, um sujeito parcial, mas deve ser auxiliado para manter seu papel. Sua catálise deve ser catalisada. “Nada” se passa na televisão. Raramente ela é “interessante”. No novo espaço de acontecimento, a distração é mais operatória em termos de catalisador do que o interesse. A televisão não é, em princípio, um caso de perspectiva, como faria pensar o velho bordão “uma janela para o mundo”. O que é reproduzido de maneira analógica na tela é apenas uma fração do espaço de acontecimento operatório – que inclui a casa tanto quanto a

tela e o que ela mostra. A casa, no entanto, é menos um conteúdo do que uma membrana: um filtro dos exteriores que a penetram e a atravessam continuamente. A televisão tem mais a ver com uma entrega num espaço mais ou menos aberto do que com uma perspectiva de um espaço fechado sobre outro, ou de um espaço fechado sobre um aberto. As expressões coletivas que se produzem no poroso espaço doméstico, incluindo a televisão enquanto elemento humilde numa mistura complexa e integrado de maneira imprecisa, são altamente variáveis. Entretanto não seria preciso construir o carácter variável e poroso, o fato de que a casa que acolhe a televisão não é um continente, como significando que os acontecimentos desencadeados de maneira regular com uma participação televisual não são acontecimentos de produção de conteúdo e que a casa não é uma formação de poder. A produção de conteúdo tem mais a ver com a criação de regimes de entrada e de saída por meio de limites do que com o carácter impermeável de fronteiras. Isto vale tanto para a regulamentação dos espaços de acontecimento compilados quanto para os espaços caracterizados por um código. O que é pertinente num espaço de acontecimento não é o fato de que ele tenha fronteiras, mas a questão de saber quais elementos ele deixa passar, segundo quais critérios, com que velocidade, para qual efeito. Essas variáveis definem um regime de passagem. A autorreferência pela aplicação ou pela regulamentação por parte de uma formação transcendente pode (137) assegurar um regime de passagem mais estrito (uma abertura mais seletiva). As tecnologias da comunicação que têm acesso à casa vinte quatro horas por dia (correio, telefone, fax, internet, radio, TV) abrem os códigos domésticos a uma passagem muito intensa e altamente aleatória de signos, se não de corpos humanos. Apesar das trancas na porta, o espaço de acontecimento da casa deve ser caracterizado por um regime de passagem bem frouxo. Por um regime de abertura para a circulação de signos, a entrega, a absorção, a intermediação de sons, palavras e imagens – a casa é um ponto nodal numa rede circulatória de múltiplas dimensões (cada uma correspondendo a uma tecnologia de transmissão). Inundada pela transitividade. A casa é um ponto nodal num campo de imanência de extensão indefinida ao qual as tecnologias de transmissão dão corpo (fornecem um espaço de acontecimento especializado). O campo de imanência tecnologicado é pontuado por formações de transcendência (generalidades, perspectivas, estáticas, proto-estáticas, de tipo estático). Mas estes não o regulamentam de maneira efetiva. A rede, sobretudo, distribui as transcendências (as conecta de maneira efetiva). As formações de transcendência são, igualmente, pontos nodais tomados num campo de imanência que escapa, por natureza, às regras delas (quaisquer que sejam os esforços delas para dominá-lo – a *des-regulamentação* é a palavra de ordem governamental).

A canalização tecnologicamente assistida da transitividade do acontecimento constitui um modo de poder distinto tanto das codificações de regulamentação do Estático quanto das produções de regularidade do “social” e do “cultural” dos quais ela abala continuamente os limites de autorreferência. O *transitivo* (termo menos capturado do que “comunicativo”) deve ser visto como o

modo de poder dominante naquilo que alguns acharam por bem nomear de condição “pós-moderna”. Sua rede é que conecta codificações a codificações, regulamentações a regulamentações, códigos a regulamentações e, cada um a suas próprias repetições num fluxo e refluxo de potencialização-e-disposição-em-conteúdo. A rede distribui. Entre-conecta. Religa. A rede é a relacionalidade do que ela distribui. É o ser de um devir coletivo. As tecnologias comunicacionais *dão corpo à relacionalidade enquanto tal*, e mobilizam – põem em circulação – o acontecimento. A circulação do acontecimento é distinta tanto da tecnologia da transmissão que é seu duplo corporal quanto da sua entrega, do outro lado do limite. A circulação – transitividade do acontecimento em si mesmo, em seu devir, é o intervalo que o envolve – investe em todos os limites.

Cada “fechamento” é envolvido pela pura imanência da transição. O meio de “comunicação” não é a tecnologia. É (138) o próprio intervalo: a mobilização (*moveability*) do acontecimento, o deslocamento da mudança, a relacionalidade fora de seus termos, a “comunicação”, a comunicabilidade⁵. Envolvido pela transitividade (compreendida como uma forma especial de transdução), o Estático e o regularizado se produzem numa atmosfera de modulação rarefeita. Enquanto que a “comunicação” multiplica de maneira sempre mais insistente seus canais numa linha de adução com múltiplas dimensões, o indeterminado da transitividade de acontecimento penetra cada vez mais nos espaços de potencialização-e-disposição-em-conteúdo. O singular *assim como* o particular-geral vêm se articular entorno do indeterminado. Ou vêm nadar nele, já que o limite que envolve não é mais uma porta, mas o agente de um fluxo que inunda. “Comunicações” designa um tráfico da modulação. É um modo especial de poder que lubrifica com indeterminação os espaços de acontecimento, que alisa os limites de disposição em conteúdo. Se o estilo local ou individual é resistência (entendida no sentido de fricção mais do que no de oposição: se friccionar nas regras mais do que quebrá-las) é *tanto* a resistência *quanto* a disposição em conteúdo que são tomadas no fluxo. Elas são sopradas, deportadas. O deslocamento delas as conecta à não autorreferencialidade de seus limites, o intervalo: algo que não é absolutamente o fora, mas que está fora da órbita do acontecimento de chegada. Uma pseudo exorreferencialidade – em direção ao indeterminado. Não o “simplesmente” indeterminado: o indeterminado complexo, tecnológico, ontológico.

Na perspectiva do que se opõe sob o modo da disposição em conteúdo e da regulamentação, esta situação não pode ser vivida como “crise”. Tudo, desde “a família” até “a religião”, “a Esquerda e a Direita” e o próprio “governo”, tombou num estado autoproclamado de crise perpétua, e quase no mesmo momento – quando a penetração se aproximou do ponto de saturação. E, no entanto, todos estão sempre aí. A mudança não é uma desapareição, mas um envolvimento. O que mudou foi o fato de que nenhum dentre eles – nenhum aparelho de codificação ou de decodificação

5 Giorgio Agamben, *Moyen sans fins*. Paris, Rivages, 1995.

– pode pretender envolver, pois todos são envolvidos. São soprados e banhados e, em virtude desta condição compartilhada, eles se conectam. Não são negados, mas postos em rede. Liberados, todos e cada um, para a transitividade, para o acontecimento indeterminado (para o qual “crise” não é um nome pior do que os outros).

A disponibilidade da transmissão do acontecimento ser posta em rede não remonta somente às imagens das mídias de massa, mas à informação em geral, às mercadorias e ao dinheiro: a todo signo cuja operação de base é o fluxo. E cujo efeito indutivo/transdutivo deve ser “realizado” (cujo (139) papel catalítico deve ser catalisado, cuja expressão deve ser expressa). Todos esses transmissores de acontecimento carregam uma forte carga de indeterminação, de potencial não realizado (ou, no vocabulário deleuzeano, “não atualizado”). O que eles são, o que será o acontecimento deles, o que será expresso com e por meio deles é altamente variável já que eles são co-catalisados de maneira complexa por elementos heterogêneos que povoam os espaços proliferantes em que entram. Os transmissores de acontecimento são signos indutivos/transdutivos que perambulam a procura de catálise através de múltiplas proliferações. A capacidade que têm de catalisar – a aptidão que têm para o papel de sujeito parcial – é, ela também, altamente variável. O mais capaz é o dinheiro, signo cuja simples aparição em toda situação seguramente produz, de uma maneira ou outra, uma transformação incorporal. A menos catalítica é a informação. Cada transmissor de acontecimento é conservado e distribuído por um aparelho coletivo especializado que utiliza ao menos uma tecnologia de canalização que lhe dá corpo no intervalo, quando ele desaparece em sua própria imanência (mesmo os transmissores de baixa tecnologia retornam à imanência: as cartas são postadas fechadas em envelopes, sua significação encoberta). Os corpos de intervalo são de diferentes tipos, desde as caixas postais e as agências de correio até as linhas telefônicas, os computadores e as múltiplas e diversas instituições e instrumentos das finanças. Eles se ligam em uma rede capilar em expansão que atravessa cada espaço de acontecimento, e com uma complexidade sempre crescente (convergindo, há pouco, na World Wide Web). É pela complexidade de sua interconexão tecnológica que eles formam um espaço de transitividade que envolve e penetra, um espaço que não pode ser ignorado enquanto formação de poder global de pleno direito.

Esta nova formação de poder tem um nome antigo: capitalismo. Pois o dinheiro, enquanto meio e pagamento ou de investimento, é o único transmissor de acontecimento que atravessa cada espaço de acontecimento e que é transportado por cada corpo de intervalo, sem exceção. O capitalismo de hoje é a rede capilar do capilar, o circulador da circulação, o motor da transitividade – a imanência da imanência-feita-corpo. *O limite interno do relacional.*

O modo de poder do capitalismo contemporâneo poderia ser chamado de controle: nem codificação nem decodificação, nem regulamentação nem produção de regularidade, mas

*modulação envolvendo a ambos de modo imanente*⁶. O poder do controle pode ser chamado de descodificação (imanentização (140) dos signos que se tornam vetores de um potencial indeterminado) e desterritorialização (extração do acontecimento de seus espaços particulares-gerais de expressão e, neste caso, expedição deste acontecimento num espaço distribuído, em intervalos, *sui generis*). O poder do controle é a descodificação e a desterritorialização *distribuídas* (dispostas para catálise por uma potencialização-e-disposição-em-conteúdo num novo espaço; dispostas à recodificação/redecodificação e à desterritorialização). O controle é a modulação é a modulação produzida como fator de poder (seu fator de fluxo). É o que fornece ou retira poder ao potencial. A captura última, não dos elementos de expressão nem da expressão, mas do próprio movimento do acontecimento.

Não é subestimar o controle capitalista chamar seu tráfico mundial da modulação de estilização do poder. Sustentamos anteriormente que o modelo de poder era a usurpação. O que é, aqui, usurpado? A própria expressão do potencial. O movimento de relacionalidade. O devir-conjunto (*devenir-ensemble*). O pertencimento. *O capitalismo é a usurpação global do pertencimento*. Não é simplesmente uma queixa: é preciso reconhecer que o poder é, de agora em diante e de maneira massiva, potencialização num novo modo planetário. Mas também não é matéria para celebração: a potencialização é de modo igualmente massivo liberada a espaços proliferantes de disposição em conteúdo. É a observação incontornável de que o pertencimento enquanto tal emergiu como m problema de proporções globais. Nem celebração nem queixa: um desafio de ter que pensar e que viver novamente o individual e o coletivo.

O que vem por último?

BRIAN MASSUMI

Humanities Research Center,

Australian National University, Canberra

(tradução para o francês: Isabelle Stengers)

6 Gilles Deleuze, "Post-scriptum sur les sociétés de contrôle", *Pourparlers*, Paris, Minuit, 1990; Brian Massumi, "Requiem for Our Prospective Dead: Toward a Participatory Critique of Capitalist Power", *The UTS Review: Cultural Studies and New Writing*, nº2, outubro 1995, p 35-61, republicado em *Deleuze and Guattari: New mappings in Politics and Philosophy*, ed. Eleanor Kaufman, University of Minnesota Press (no prelo).